



PORTARIA Nº 787/2021

Cria, o Grupo de trabalho para propor estratégias para atenção integral destinado ao paciente judiciário, a proteção de direitos fundamentais da pessoa com transtorno mental e sua desinstitucionalização.

O SUPERVISOR DO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – GMF, no âmbito do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Resolução nº 113 de 20 de Abril de 2010 do Conselho Nacional de Justiça que Dispõe sobre o procedimento relativo à execução da pena privativa de liberdade e de medidas de segurança e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 35, de 12 de julho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça que orienta que, na execução da Medida de Segurança, sejam adotadas políticas antimanicômias;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 01/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 94/GM/MS, de 14 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o financiamento do serviço de avaliação e acompanhamento às medidas terapêuticas aplicáveis ao paciente judiciário, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO que o Governo do Estado do Ceará está em vias de institucionalização do Grupo Gestor Estadual da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) e da inexistência de equipe de avaliação e acompanhamento às medidas terapêuticas aplicáveis ao paciente judiciário (EAP);

CONSIDERANDO a necessidade de formulação de proposições visando a alternativas ao modelo de internação de cumprimento de medida de segurança e demais medidas terapêuticas no Estado e de reordenamento do tratamento dado a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei levando-se em consideração o paradigma antimanicomial;

CONSIDERANDO que desde 22 de junho de 2020, diversos atores do Sistema de Justiça, Poderes Executivo Estadual, por meio da Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração Penitenciária, e Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e da Comissão Integrada de Saúde Mental do (CEDH) e CEPCT, já vem efetivamente se reunindo para a elaboração de projeto piloto para a desinstitucionalização de pessoas internas no Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes e para construir estratégia de atuação na “porta de entrada” e relacionada aos laudos periciais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional para propor estratégias para atenção integral destinado ao paciente judiciário, tendo como pilar a proteção de direitos fundamentais da pessoa com transtorno mental e sua desinstitucionalização, no estado do Ceará, e terá por finalidades:

I – Contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) em âmbito estadual e municipais;

II – Fomentar e contribuir com a instituição do grupo condutor da PNAISP em âmbito estadual;

III – Fomentar e contribuir com a instituição de serviços de avaliação e acompanhamento às medidas terapêuticas aplicáveis ao paciente judiciário e de sua equipe respectiva;

IV – Propor e acompanhar ações articuladas visando desinstitucionalização de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei e à promoção de seus direitos;

V – Promover a articulação da articulação entre o sistema de justiça, a administração penitenciária e as políticas públicas de saúde, de assistência social e direitos humanos e propor fluxo interinstitucional para o atendimento das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei;

VI – Elaborar minuta de Provimento para disciplinar o procedimento para a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêutico-cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis judicialmente à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei no âmbito do Poder Judiciário.

Art. 2º O Grupo de Trabalho Interinstitucional será composto por representantes:

I – Poder Judiciário, sendo titular a juíza coordenadora do GMF, Dra. **Luciana Teixeira de Souza**, e como suplentes, o Juiz Corregedor de Presídios, Dr. **Fernando Antônio Pacheco Carvalho Filho** e, o Juiz Colaborador do GMF, Dr. **César Belmino Barbosa Evangelista Júnior**;

II – Ministério Público, sendo titular a Dra. **Camila Gomes Barbosa**, e suplente o Dr. **Enéas Romero de Vasconcelos**;

III – Defensoria Pública, sendo titular a Dra. **Aline Lima de Paula Miranda**, e como suplente a Dra. **Mayara dos Santos Rodrigues Mendes**;

IV – Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado do Ceará, sendo titular a Sra. **Geovana Sousa do Nascimento**, e como suplente a Sra. **Prudenciana Ribeiro de Menezes**;

V – Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, sendo titular a Sra. **Sarah Lima Verde**, e como suplente a Sra. **Nara Albuquerque Goes**;

VI – Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza, sendo titular o Sr. **Arildo Sousa de Lima**, e como suplente a Sra. **Osmarina Pitombeira de Assis Andrade**;



VII – Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, sendo a titular a Sra. **Ana Carolina Moraes de Araújo**, e suplente a Sra. **Thalita Thayane de Lima Pereira**;

VIII – Comissão Integrada de Saúde Mental do CEDH e CEPCT, sendo a titular a Sra. **Lirian Mascarenhas**, e suplente a Sra. **Francisca Márcia Araújo Lustosa Cabral**.

Parágrafo único: poderão participar na condição de convidados outras pessoas cuja participação se considerar relevante para o andamento das ações do GT.

Art. 3º No exercício das atribuições, o Grupo de Trabalho poderá:

I – Realizar reuniões de trabalho quinzenais, de forma presencial ou virtual, em datas e horários a serem definidos por seus integrantes;

II – Facilitar a celebração de acordos de cooperação técnica, protocolos interinstitucionais e outras modalidades para institucionalização de fluxos de trabalho conjunto;

III – Propor ou realizar cursos, eventos formativos, grupos de estudo para profissionais da sistema de justiça, das políticas de saúde, administração prisional, assistência social e direitos humanos;

IV – Fomentar e promover produção de conhecimento, envolvendo sistematização de dados, estudos, pesquisas e avaliações;

V – Realizar parcerias com outros entes e instituições para o desenvolvimento de duas atividades.

Art. 4º. O GMF coordenará o Grupo de Trabalho e deverá garantir estrutura para o seu funcionamento.

Art. 5º. O GT terá duração de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado por igual período, contado a partir da publicação desta Portaria.

Art. 6º. Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Fortaleza, 17 de Maio de 2021.

Desembargador Henrique Jorge Holanda Silveira

Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará

Assessoria de Precatórios DESPACHO DE RELATORES

Assessoria de Precatórios

0000801-39.2021.8.06.0000 - Precatório. Credor: C. A. R. J.. Advogado: Valdecy da Costa Alves (OAB: 10517/CE). Devedor: M. de L.. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Itapipoca. Despacho: - DESPACHO Lastreado na informação de página 51, requisi-te-se o pagamento nos termos e prazo do art. 15 da Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça. Constatada a divergência entre o que foi informado no requisitório em relação ao número de meses da tributação na forma do RRA, determino que seja providenciada a retificação dos dados no SAPRE. Intimem-se. Fortaleza, 12 de maio de 2021. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação n.º 186/2021.

0000802-24.2021.8.06.0000 - Precatório. Credora: S. R. M. S.. Advogada: Sílvia Raquel Moura Souto (OAB: 27364/CE). Devedor: M. de L.. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Itapipoca. Despacho: - DESPACHO Lastreado na informação de página 54, requisi-te-se o pagamento nos termos e prazo do art. 15 da Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça. Verificando-se que há incorreção na separação ente o valor principal e os juros indicados no requisitório, conforme detalhado na informação de pág. 54, determino que seja providenciada a devida retificação no SAPRE. Intimem-se. Fortaleza, 12 de maio de 2021. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação n.º 186/2021.

0000803-09.2021.8.06.0000 - Precatório. Credora: M. L. B. L. - M.. Advogada: Francisca Edilene Marques Pacheco Azevedo (OAB: 29094/CE). Advogada: Sílvia Raquel Moura Souto (OAB: 27364/CE). Devedor: M. de L.. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Itapipoca. Despacho: - DESPACHO Lastreado na informação de página 57, requisi-te-se o pagamento nos termos e prazo do art. 15 da Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça. Intimem-se. Fortaleza, 12 de maio de 2021. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação n.º 186/2021.

0000804-91.2021.8.06.0000 - Precatório. Credor: H. B. S. de A.. Advogado: Helder Braga Arruda Junior (OAB: 37228/CE). Devedor: M. de F.. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Despacho: - DESPACHO Diante do informado à página 21, providencie a Assessoria de Precatórios o necessário ao processamento do precatório, inclusive a comunicação ao ente público sobre sua existência, especialmente para o fim de permitir que o valor requisitado seja reconhecido no seu passivo consolidado, mediante o cumprimento do disposto no art. 15 da Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça. Verificando-se que há inconsistência na data final da aplicação da correção monetária e de juros, conforme detalhado na informação de pág. 21, determino que seja providenciada a devida retificação no SAPRE. Intimem-se. Fortaleza, 12 de maio de 2021. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação n.º 186/2021.

0000805-76.2021.8.06.0000 - Precatório. Credora: F. L. T.. Advogada: Francisca Leite Trajano (OAB: 14566/CE). Devedor: M. de F.. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Despacho: - DESPACHO Diante do informado à página 34, providencie a Assessoria de Precatórios o necessário ao processamento do precatório, inclusive a comunicação ao ente público sobre sua existência, especialmente para o fim de permitir que o valor requisitado seja reconhecido no seu passivo consolidado, mediante o cumprimento do disposto no art. 15 da Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça. Verificando-se que há incorreção na separação entre o valor principal e os juros indicados no requisitório, e o equívoco no preenchimento da data de ajuizamento, conforme detalhado na informação de pág. 34, determino que seja providenciada as devidas retificações no